



PREFEITURA MUNICIPAL
RIO CLARO

Seção de Legislação do Município de Rio Claro / SP

LEI MUNICIPAL Nº 4.100, DE 14/09/2010

INSTITUI GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE ATIVIDADE MÉDICA NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA PSF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, PALMINIO ALTIMARI FILHO, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei: -

Art. 1º Fica instituída uma Gratificação por Exercício de Atividade Médica no Programa de Saúde da Família - PSF denominada de GEAM-PSF, a ser concedida somente aos profissionais médicos que fazem parte do programa de saúde da família (PSF) e que ocupam o cargo de médico do Programa de Saúde da Família, não cabendo qualquer exceção.

Parágrafo único. A Gratificação por Exercício de Atividade Médica no PSF denominada de GEAM-PSF, corresponderá a 5 (cinco) vezes o valor da referência salarial CNA 1 em vigor na Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro, a ser paga mensalmente.

Art. 2º Sobre a importância paga a título de Gratificação por Exercício de Atividade Médica no PSF - GEAM-PSF - não incidirá quaisquer descontos de caráter previdenciário.

Art. 3º Não será concedida a gratificação ao profissional médico que atender esporadicamente nas unidades do programa de saúde da família.

Art. 4º Para efeito do pagamento de décimo terceiro salário e férias, o cálculo será feito considerando a média dos valores efetivamente pagos como Gratificação por Exercício de Atividade Médica no PSF (GEAM-PSF), concedido no período aquisitivo de referência.

Art. 5º A gratificação prevista na presente Lei não será incorporada à remuneração dos médicos do programa de saúde da família, não servindo de base de cálculo para concessão de outros direitos ou vantagens devidos aos respectivos servidores.

Art. 6º Somente terão direito à Gratificação por Exercício de Atividade Médica no PSF (GEAM-PSF), os médicos que ocupam o cargo de médico do programa de saúde da família e que não apresentarem faltas injustificadas no decorrer do mês e atenderem a critérios estabelecidos na regulamentação da presente Lei.

Parágrafo único. No caso de faltas justificadas, os eventuais, descontos quanto à gratificação da presente Lei serão proporcionais aos dias faltosos, segundo critérios a serem elaborados pela Secretaria/Fundação Municipal de Saúde.

Art. 7º Esta Lei será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo, por Decreto, em até 30 (trinta) dias de sua publicação.

Art. 8º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária nº 21.02.10.301.1006.2944.3190, da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro, vigente para o exercício de 2010 e suas respectivas para os exercícios seguintes, suplementadas, oportunamente, se necessário.

Art. 9º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento a dotação referida no artigo anterior, com a finalidade de atender ao que está previsto na presente Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do mês seguinte.

Rio Claro, 14 de setembro de 2010.

Engº PALMINIO ALTIMARI FILHO
Prefeito Municipal

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos

Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

JOSÉ RENATO GONÇALVES
Secretário Municipal de Administração